

MOREIRA MARIZ



**Votação em Plenário depende do acordo de líderes partidários**

PÁGINA 2

**Governo prevê crescimento de 4,3% do PIB neste ano**

PÁGINA 2

**CCJ apóia Sarney e arquiva proposta de prisão perpétua**

PÁGINA 5



JANE ARAUJO

Plenário deve votar projeto que cria a Hemobrás. Especialistas divergem sobre modelo proposto

## Brasil pode ser auto-suficiente na produção de hemoderivados

PÁGINA 3

### cidadania



ZULEIKA DE SOUZA/ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA

Hábito da leitura deve ser estimulado desde a infância: pais e professores têm papel essencial nessa tarefa

## Incentive a leitura e abra portas

O brasileiro lê em média 1,8 livro por ano, índice considerado baixo. Porta de entrada para o conhecimento, a leitura traz benefícios incontáveis, que incluem o desenvolvimento da fala e da escrita. Segundo especialistas, o hábito de ler deve

ser estimulado desde a infância e mantido por toda a vida. Veja, nesta edição do *Especial Cidadania*, dicas para incentivar a leitura em sua escola, casa, empresa e cidade. Conheça também a Lei do Livro e telefones de instituições que podem ajudar.

PÁGINA 12

### COTAS

Acesso à universidade pública será facilitado a estudantes carentes, segundo projeto aprovado na Comissão de Justiça.

PÁGINA 5

### POUPANÇA-ESCOLA

Projeto de Cristovam Buarque avança no Senado, com aprovação da CCJ.

PÁGINA 5

### NOVO ESTADO

Proposta que reduz área do Distrito Federal e cria o estado do Planalto Central começou a ser discutida na CCJ.

PÁGINA 5

### ELEIÇÕES

Resultado das eleições domina os debates em Plenário. Governo e oposição apontam vitórias.

PÁGINA 5

### Tuma cobra leis duras para prevenir roubo de veículos

Presidente da CPMI do Desmanche, Romeu Tuma faz coro com autoridades: combate ao roubo de veículos exige legislação mais rigorosa.

PÁGINA 5

### Linguagem inclusiva: "homem" pode designar os dois sexos?

PÁGINA 4

Serys Silhessarenko é relatora do projeto que vai à votação em Plenário



ROOSEVELT PINHEIRO

## e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 9
VOZ DO LEITOR	Página 9
FRASES	Página 9
CONHEÇA O SENADO	Página 11

# agenda

## Comissões

### TERÇA-FEIRA

#### 10H – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Parceria público-privada** – O economista Raul Velloso, o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, e outros convidados discutem o projeto das parcerias público-privadas (PPPs), que tramita na comissão.

#### 11H – INFRA-ESTRUTURA E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

**Balanco da Aneel** – As comissões promovem reunião conjunta para ouvir o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo, que faz um balanço dos sete anos de sua gestão.

#### 11H – EDUCAÇÃO

**Crimes na informática** – Está em análise pela comissão projeto que regulamenta os crimes na área da informática (PLC 89/03). Entre as mudanças, a proposta determina que o acesso de terceiros não autorizados a informações em redes de computadores só será permitida com autorização judicial prévia. **Autor:** deputado Luiz Piauhyllino (sem-partido/PE). **Relator:** senador



Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

#### 11H45 – CPI DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

**Desdobramentos dos trabalhos** – A comissão ouve a diretora-executiva do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Carol Bellamy. O encontro pretende fazer um balanço das atividades e dos desdobramentos da comissão parlamentar de inquérito.



#### 14H – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Ancinav** – A Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, grupo de trabalho do conselho, retoma a discussão do projeto que prevê a criação da Agência Nacional de Cinema e do Audiovisual (Ancinav).

#### 15H – ANO DA MULHER

**Mulher na política** – A comissão promove uma videoconferência para analisar a participação feminina nas eleições municipais deste ano. O evento, no auditório do Interlegis, vai contar com a presença da secretária especial de Políticas para as Mulheres, ministra Nilcéa Freire; da professora

do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Lúcia Avelar; e de representantes do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).

#### QUARTA-FEIRA

##### 11H – ASSUNTOS SOCIAIS

**Anvisa** – A comissão analisa a indicação de Dirceu Raposo de Mello ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para ocupar a vaga deixada por Luis Carlos Wanderley Lima. **Autor:** Presidência da República. **Relator:** senador Romero Jucá (PMDB-RR)

#### QUINTA-FEIRA

##### 10H – RELAÇÕES EXTERIORES

**Embaixadores** – A comissão analisa a indicação de três diplomatas: Lúcio Pires de Amorim, atual embaixador na África do Sul, para acumular o cargo junto à República de Maurício; Frederico Cezar de Araújo, chefe da chancelaria brasileira na Austrália, para exercer conjuntamente a de Papua Nova Guiné; e Antonio José Rezende de Castro, embaixador no Quênia, para acumular o cargo junto ao governo de Uganda.



## Plenário

### SEGUNDA-FEIRA

14h30 - Sessão não deliberativa

### TERÇA-FEIRA

14h30 - A pauta do Plenário continua trancada por duas medidas provisórias e um projeto de conversão. As demais propostas só podem ser examinadas depois da votação desses três itens:

**MPs** - As duas medidas provisórias tratam de incentivos às exportações. A primeira (MP 193/04) autoriza a União a repassar R\$ 900 milhões aos estados e municípios para que eles incentivem as exportações (MP 193/04). A segunda (MP 194/04) libera os recursos para os repasses. **Autor:** Poder Executivo

**Televisão** - Originado da Medida Provisória 195/04, o projeto de conversão (PLV 45/04) determina que televisores comercializados no país contenham dispositivos que permitam ao usuário bloquear a recepção de programas. A proposta também tranca a pauta de votações. **Autor:** Poder Executivo

**Hemoderivados** - Depois da liberação da pauta, os senadores discutem proposta (PLC 58/04) que cria a Empresa Brasileira de Hemoderivados

e Tecnologia (Hemobrás), que teria a função de garantir o fornecimento de produtos hemoderivados ou produzidos por biotecnologia aos pacientes do Sistema Único de Saúde. **Autor:** Poder Executivo.

### QUARTA/QUINTA-FEIRA

14h30 - Agenda em aberto.

### SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não deliberativa.

16h - Sessão solene do Congresso Nacional

**China** - A sessão vai homenagear o presidente da República Popular da China, Hu Jintao, que visita o Congresso. Na ocasião, o líder chinês vai falar sobre o atual estágio das relações entre os dois países. A economia chinesa, que registra altas taxas de crescimento, tem despertado interesse no empresariado brasileiro. Companhias como a Vale do Rio Doce e a Varig celebraram acordos com o país durante a visita realizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no início do ano. O líder chinês será recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, às 15h15. Após uma visita às instalações da Casa, ele encontra o presidente da Câmara, João Paulo Cunha.



## Articulação de líderes pode liberar a pauta

Retomada das votações no Congresso Nacional depende de uma articulação política abrangendo todas as lideranças partidárias, de acordo com o presidente do Senado, José Sarney. Segundo ele, a obstrução que está sendo feita pelos partidos de oposição, principalmente na Câmara, é de natureza política, e não técnica, ou seja, não envolve o teor dos projetos que estão na fila para deliberação. Na semana passada as sessões das duas Casas foram destinadas apenas a discursos.

Sarney reuniu-se com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, na quarta-feira (3), para tratar da agenda do Legislativo para esta semana. As duas Casas têm a pauta trancada por medidas provisórias (MPs) – três no Senado e 21 na Câmara. Na saída do encontro, João Paulo afirmou que o objetivo é tentar votar logo as MPs.

Enquanto a articulação política não destrava as votações, o Plenário do Senado segue aguardando a deliberação de matérias importantes. As primeiras a serem apreciadas são a MPs 193/04 e 194/04, que tratam

de fomento à exportação e repasse de recursos a estados, DF e municípios, como compensação por perdas com isenção do ICMS nas exportações.

A matéria seguinte é o Projeto de Lei de Conversão 45/04, oriundo da MP 195/04. A matéria determina que televisores comercializados no país devem trazer dispositivo eletrônico capaz de bloquear a recepção de programas. O objetivo é dar aos pais a capacidade de impedir que seus filhos vejam programas que considerem inadequados.

#### Reforma do Judiciário deve ser concluída

A reforma do Judiciário também poderá ter sua votação concluída pelo Senado nesta semana. Foi o que disse na quinta-feira (4) o líder do governo,

Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele garantiu que o avanço nas negociações das três MPs deve desobstruir a pauta.

– Com isso, poderemos votar a reforma do Poder Judiciário na quarta-feira (10) – afirmou.

Após a votação das MPs, o Plenário deverá apreciar projetos de lei e de emenda à Constituição (PEC). O primeiro da pauta é de autoria do senador João Capiberibe (PSB-AP), que garante o acesso da população aos orçamentos da União, dos estados, do DF e dos municípios, por meio da Internet (PLS 130/03).

Entre as emendas constitucionais está a PEC 29/02, que prorroga por dez anos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).



Plenário do Senado tem três medidas provisórias em pauta, sendo as duas primeiras voltadas ao fomento e compensação a estados exportadores

## Governo prevê maior crescimento do PIB em 2004

Foi lida na sessão de sexta-feira (5) mensagem presidencial (MCN 247/04) atualizando os parâmetros macroeconômicos para a elaboração do Orçamento de 2005. As estimativas, elaboradas pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, prevêem um crescimento maior do produto interno bruto (PIB) real para este ano e também para o próximo ano.

Enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2005 sinalizava um crescimento do PIB em 3,8% para 2004 e 4% para 2005, a mensagem ajusta ambos esses valores para 4,3%. Os dados da LDO foram fornecidos pelas consultorias da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

As estimativas para os índices de inflação aumentaram em sua maioria. Se a variação média do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para 2004 caiu de 6,41% para 6,35%, a previsão para 2005 passou de 5,22% para 5,52%.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) tem sua previsão para 2004 aumentada de 6,44% para 6,55%, enquanto a variação para 2005 passou de 5,38% para 5,96%. Já o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) teve sua variação em 2004 reajustada de

9,13% para 9,43%. A estimativa para 2005 passou de 7,28% para 8,54%.

O Ministério da Fazenda agora prevê uma taxa de juros de 17% para dezembro de 2004, contra previsão anterior de 15,5%. Para dezembro de 2005, a estimativa caiu de 13,26% para 13,05%. Já o dólar deve voltar a subir ainda este ano, voltando ao patamar de R\$ 2,95 em 31 de dezembro. A nova estimativa, no entanto, é inferior à da LDO, que previa a moeda americana cotada a R\$ 3,10. Esse valor é agora apontado para o último dia de 2005, que tinha previsão anterior de R\$ 3,25.

Apesar de contar com um maior crescimento do PIB, o governo manteve praticamente estável o aumento da massa salarial de trabalhadores com emprego formal. A estimativa é de uma variação de 8,49% para este ano (na LDO, 8,4%) e de 9,09% para o ano que vem (9,08% na previsão da LDO).

Também foi lida em Plenário mensagem presidencial (MCN 246/04) que relata as medidas adotadas para o desenvolvimento do sistema de custos para avaliação e acompanhamento da gestão orçamentária financeira e patrimonial, exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00).

*Estimativas também apontam aumento para os índices de inflação*

**HEMOBRÁS** Projeto que autoriza Executivo a criar estatal foi aprovado na CCJ e está pronto para ser votado em Plenário

# País pode ter empresa de hemoderivados

O Senado aguarda liberação da pauta, obstruída por três medidas provisórias, para votar o projeto que autoriza o governo federal a criar a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – Hemobrás (PLC 58/04). Depois de acolhida pela Câmara dos Deputados, a proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e está pronta para ser apreciada pelo Plenário.

A Hemobrás terá como objetivo produzir hemoderivados a partir do fracionamento do plasma (porção líquida do sangue humano) obtido no Brasil. Sua produção não vai ser comercializada: a nova estatal será ressarcida pelos serviços prestados. Com a empresa, o governo pretende pôr fim ao desperdício de plasma hoje existente no país e caminhar para a auto-suficiência na produção de medicamentos para portadores de doenças do sangue.

A matéria, que tramita em regime de urgência, não tem apoio unânime dos especialistas. Em entrevista ao **Jornal do Senado**, o coordenador da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde, João Paulo Baccara, disse que a Hemobrás possibilitará ao Brasil “desenvolver tecnologia com absoluta segurança, e sem colocar em risco a saúde dos pacientes”.



GERALDO ANGELA

Com a Hemobrás, governo quer acabar com o desperdício de plasma e chegar à auto-suficiência na produção de medicamentos

Opinião diferente tem a médica hematologista Jussara Oliveira de Almeida, diretora do Centro de Tratamento de Coagulopatias do Distrito Federal, única unidade brasileira dessa área reconhecida como referência internacional.

– O Brasil está seguindo o caminho inverso ao dos países com maior conhecimento acumulado nesse campo. Eles já estão substituindo os hemoderivados produzidos a partir do plasma pelos recombinantes, que são fruto da engenharia genética e não ofere-

cem risco de contaminação. Para que adotar uma tecnologia que, daqui a alguns anos, vai se tornar obsoleta? Corremos o risco de repetir a experiência da Argentina e da Venezuela, que montaram indústrias de hemoderivados tendo o plasma como matéria-prima e hoje estão com fábricas que não conseguem produzir o que foi prometido – observa Jussara Oliveira.

## Produtos devem atender a exigências da OMS

A médica também teme que os produtos não atendam aos pré-requisitos de qualidade es-

tabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização Mundial dos Produtores de Plasma. E estranha o fato de o governo ter decidido mudar radicalmente uma área na qual o país caminharia bem.

– O Brasil é hoje um exemplo no tratamento de coagulopatias. Todos os hemofílicos têm direito a receber de graça do Sistema Único de Saúde (SUS) os medicamentos, que são caríssimos. A maioria dessas famílias não teria condições de fazer o tratamento sem apoio do governo. Se temos uma coisa tão boa, por que vamos mudar? – questiona.

## Para o Ministério da Saúde, é preciso desenvolver tecnologia nacional

Coordenador da Política Nacional de Sangue e Hemoderivados, João Paulo Baccara invoca razões econômicas e técnicas para dar o novo passo que o Ministério da Saúde sugere. Primeiro, lembra que o país gasta atualmente cerca de US\$ 120 milhões na importação de hemoderivados. Depois, defende a necessidade de desenvolver tecnologia nacional nessa área. Por fim, assegura que a Hemobrás possibilitará melhorar o atendimento do SUS.

– Vamos realizar uma concorrência internacional para comprar a tecnologia de um dos 21 produtores da Europa e dos Estados Unidos, que estão

habilitados no país para fornecer hemoderivados – afirma.

O coordenador desconhece a experiência argentina e venezuelana na produção de hemoderivados, mas minimiza a importância dos recombinantes e observa que “só em dez anos saberemos se eles não deixam seqüelas”.

Segundo ele, com um investimento de US\$ 55 milhões, a fábrica da Hemobrás garantirá ao Brasil auto-suficiência na produção de imunoglobulina, albumina e Fator IX. Grupo de trabalho criado pelo ministro Humberto Costa estuda detalhamento do projeto da Hemobrás.

## Mãe de hemofílico teme pela qualidade dos medicamentos

A funcionária pública Roberta Lucena critica o governo federal por ter proposto a criação da Hemobrás sem realizar antes um debate público sobre o assunto com os supostos beneficiários da iniciativa: os pacientes que usam hemoderivados e suas famílias.

Roberta, que trabalha no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e tem um filho hemofílico de 2 anos, lembra a desastrosa experiência de uma indústria privada de hemoderivados que funcionou no passado no Rio de Janeiro. A fábrica fechou após a confirmação de vários casos de infecção de HIV e hepatite C causada pelo consumo de medicamentos nela produzidos.

– A questão toda está no nível de segurança dos medicamentos. Não fomos informados sobre a tecnologia que vai ser usada. Não sabemos se serão utilizados equipamentos de alta tecnologia. Qualquer pessoa que tivesse um filho ou parente que precisasse usar um medicamento desse tipo teria a mesma preocupação. Principalmente no nosso caso, que temos o privilégio de morar em Brasília e contar com um tratamento de excelência. A gente não pode colocar a saúde da nossa família em risco – ressalta Roberta Lucena.

## Especialista apóia indústria, mas faz ressalvas ao projeto do governo

Um dos maiores especialistas brasileiros na área, o médico Silvano Wendel, chefe do Serviço de Hemoterapia do Hospital Sírio Libanês, em São Paulo, concorda que o “Brasil precisa, sim, de uma indústria de fracionamento de plasma”.

– Temos 430 mil litros de plasma disponíveis por ano e mandamos 160 mil para serem fracionados na França. O resto é usado inadequadamente ou vai para o lixo. Do ponto de vista técnico e ético, portanto, é certíssimo defender uma planta de fracionamento de plasma no país – enfatiza.

No entanto, Wendel faz várias

ressalvas ao projeto que cria a Hemobrás. No seu entender, alcançar a auto-suficiência na produção de hemoderivados será algo bem mais difícil e caro do que sugere o governo. Para tanto, observa, o país teria de fracionar três vezes mais do que os 400 mil litros previstos e deveria criar uma complexa estrutura de coleta de sangue. Por tudo isso, o médico descarta a possibilidade de o caminho proposto pelo Executivo trazer economia de recursos.

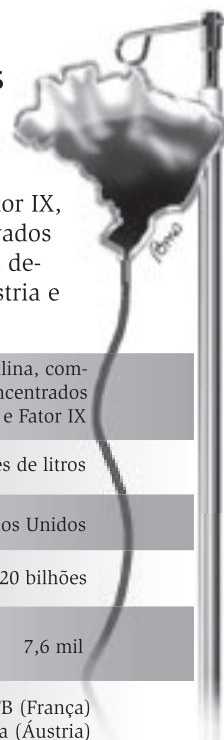
– A fábrica é importante por razões técnicas e estratégicas, não por motivos econômicos – avalia o especialista.

## Hemoderivados em números

A venda de hemoderivados no mundo movimentada por ano US\$ 20 bilhões. Entre os produtos feitos a partir do plasma sanguíneo, estão os concentrados de Fator VIII e Fator IX, usados por pacientes hemofílicos. Esses derivados poderão ser fabricados aqui, acabando com a dependência da importação de países como Áustria e Estados Unidos. Veja um perfil do setor.

Principais derivados do plasma	albumina, imunoglobulina, complexo protrombínico, concentrados de Fator VIII e Fator IX
Produção mundial	61 milhões de litros
Maior produtor	Estados Unidos
Mercado anual	US\$ 20 bilhões
Portadores de doenças coagulantes no Brasil	7,6 mil
Empresas de onde o Brasil importa os hemoderivados	Baxter (EUA), LFB (França) e Octofarma (Áustria)

Fonte: Hemório/Anvisa



## Lula demonstra ousadia e responsabilidade social, diz Viana

Relator da matéria na Comissão de Justiça, o senador Tião Viana (PT-AC) – foto – acredita que a criação da Hemobrás representa “uma conquista fantástica”. Em entrevista à TV Senado, ele enfatizou as vantagens de substituir produtos hoje importados pela produção nacional.

– O Brasil não tem condições de ficar jogando dólares fora para comprar esses produtos quando pode produzi-los aqui. É um grito de ousadia, de austeridade e de responsabilidade social e política que o presidente Lula dá, junto com

o ministro da Saúde – afirmou. O senador, que é médico, informou que a nova empresa terá sede em Brasília, mas deverá construir a fábrica de hemoderivados em Pernambuco, como pleiteia a bancada daquele estado no Senado. E destacou a iniciativa como um passo para a garantia de auto-suficiência brasileira na produção de hemoderivados.

– A Constituição de 1988 estabeleceu que em cinco anos o país teria auto-suficiência, e até hoje não temos – observa ele.

Viana citou o cartunista Henfil, hemofílico que contraiu Aids após utilizar hemode-

derivados contaminados. Conforme o parlamentar, o projeto de lei permitirá realizar um sonho do artista, morto em 1988, que costumava dizer: “Deus salve o sangue do povo brasileiro”.



ROOSEVELT PINHEIRO

LINGUAGEM INCLUSIVA Projeto que será examinado pelo Plenário do Senado combate discriminação de gênero

# "Homem" pode designar os dois sexos?

O Plenário do Senado deverá votar nesta semana mais um projeto voltado ao combate de preconceitos e discriminação de gênero, dessa vez introduzindo na edição de textos de leis e dos atos normativos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios linguagem inclusiva que valoriza a mulher. Trata-se do substitutivo da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que modifica o projeto de lei da deputada Iara Bernardi (PT-SP) acolhido pela Câmara. O relatório limitou as mudanças previstas pela deputada e foi elogiado por lingüistas, que consideram inviável impor alterações mais drásticas na linguagem por força de uma lei.

O substitutivo eliminou a obrigatoriedade de que "toda referência à mulher deverá ser feita expressamente utilizando-se o gênero feminino", como queria a deputada Iara Bernardi, limitando a estabelecer que a mudança seja feita somente quando o substantivo "homem"

estiver sendo empregado para designar ambos os sexos. Desse modo, as leis e atos normativos passarão a escrever "homem e mulher", "homens e mulheres", quando antes registravam apenas "homem" ou "homens" para se referir aos seres humanos de ambos os sexos.

- Essa é uma interferência gramatical e textual suportável, que poderá ser bem absorvida e, acima de tudo, é emblemática do objetivo a que nos propomos, que é conscientizar os usuários da língua portuguesa de que existem formas de expressão que podem conotar, em grau variado, preconceito ou discriminação - defende Serys.

## Substitutivo será votado em dois turnos

A senadora explica que, da forma como foi colocada na proposta da Câmara, a linguagem inclusiva "teria forte impacto sobre a construção morfológica e sintática da língua portuguesa". O relatório de Serys está pronto para votação no Plenário, onde será apreciado em dois turnos e depois voltará para a Câmara.

## Ampliação do espaço da mulher na sociedade

A lingüista Josênia Antunes, professora da Universidade de Brasília (UnB), considera importante a proposta em discussão no Senado, como representação da resistência a séculos de domínio, mas ressalta que "a identidade da mulher, hoje, não se faz com mudanças na legislação, e sim pelo espaço que ela consegue conquistar dentro de uma sociedade capitalista, participando do mercado de trabalho".

- A inclusão da mulher passa por questões mais profundas, ligadas a uma cultura global que, até pouco tempo, dispensava a ela o mesmo tratamento dado a um escravo - diz a lingüista. De acordo com a especialista, com o acesso à instrução e ao mercado de trabalho, a mulher alcança sua independência econômica "e conquista um outro espaço no julgamento do homem".

Josênia Antunes adverte que, sem uma identidade conquistada a partir da instrução e do trabalho, a mulher continua alvo de preconceito. Como dona-de-casa, não tem o seu papel valorizado. Pode também ser "dondoca" ou "loura burra", dependendo do status social ou da aparência.

As medidas voltadas para reforçar o papel da mulher-cidadã, na opinião da professora, devem passar por regras de inclusão em diferentes áreas, destacando o acesso a postos de chefia no traba-

lho, que hoje, em sua maioria, estão nas mãos de profissionais do sexo masculino.

A deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO), que também é lingüista, afirma que o substitutivo da senadora Serys "é muito melhor e mais sensato do que a proposta da Câmara dos Deputados".

- O projeto da deputada Iara Bernardi iria por certo esbarrar em uma série de dificuldades em sua aplicação - observa a deputada, ao lembrar que a linguagem reflete a cultura de um povo e, por isso, demanda tempo para mudanças.

Raquel Teixeira adiantou que os Estados Unidos e alguns países da Europa têm discutido a linguagem inclusiva, já existindo resultados práticos. Nos Estados Unidos, há expressões distintas para designar a mulher solteira - Miss - e a casada, tratada como Mrs. Diante das pressões dos movimentos feministas, as mulheres, independentemente do estado civil, são designadas como Mrs e os homens como Mr (mister), dando um sentido de igualdade.



Deputada Raquel Teixeira apóia texto proposto pelo Senado

ELTON BOMFIM



Para Serys, interferência gramatical será suportável e poderá ser bem absorvida



Mudanças propostas pela deputada Iara Bernardi foram consideradas muito drásticas

J. BATISTA/ CÂMARA DOS DEPUTADOS

## ONGs incentivam fim do preconceito

As iniciativas voltadas para implantar a linguagem inclusiva no país extrapolam propostas aprovadas pelo Legislativo e medidas adotadas no governo, mobilizando também entidades feministas e movimentos de defesa dos direitos humanos. Organizações não-governamentais procuram divulgar, via Internet, tabelas com recomendações para a substituição de expressões que deixam a mulher em condição de desigualdade diante do homem. Entre as solicitações contidas numa das tabelas destacam-se a de mudar "museu do homem", para "museu da Humanidade" e "os eleitores" para "eleitorado".

A coordenadora-executiva da Rede Mulher, Vera Vieira, acentua que "a linguagem sexista reforça os estereótipos machistas contribuindo para o desequilíbrio das relações sociais entre homens e mulheres".

Ela apresenta um tipo de linguagem que revela essa distorção. "Quando se diz: 'A salvação do planeta está nas mãos dos homens', em vez de 'A salvação do planeta está nas mãos da Humanidade', reflete-se a posição

que o homem vem ocupando na história, reforçando o papel hierárquico e as relações de dominação masculina na sociedade", critica a coordenadora da organização.

## Língua viva e em constante evolução

A presidente da Rede Mulher, Beatriz Canabrava, adverte que "a língua é viva e está em constante evolução" e, por isso, o uso de uma linguagem inclusiva no que se refere à questão de gênero "é um exercício que exige permanente atenção".

Beatriz aponta algumas formas de mudar a linguagem, citando como exemplo a utilização do símbolo @ como uma soma do "a" e do "o". O Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea) usou a linguagem em uma de suas publicações: "... @s empregad@s e trabalhador@s avuls@as que não têm carteira assinada...". Usuárias de Internet também estão aderindo ao uso de @ nos contatos que mantêm por meio

da rede mundial, multiplicando o tratamento igualitário entre homens e mulheres.

Alguns municípios já aprovaram legislações voltadas para a linguagem inclusiva, como é o caso de Santo André, em São Paulo, e de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. As leis aplicadas nos dois estados são mais abrangentes, ficando mais próximas do projeto acolhido na Câmara. Em Santo André, por exemplo, a Lei 241/01 estabelece que na legislação municipal serão utilizados vocábulos que designem o gênero masculino apenas para referir-se ao homem, sem que seu alcance seja estendido à mulher; nos textos escritos ou falados, toda referência à mulher deverá ser feita expressamente utilizando-se, para tanto, o gênero feminino.

O tema inclusão da linguagem vai além da questão de gênero para atingir outro universo: o dos portadores de deficiências. São exemplos a presença de especialista na língua de sinais para ajudar os surdos e a multiplicação de textos em braile para facilitar o aprendizado de deficientes visuais.

## Substitutivo de Serys limita mudanças aprovadas na Câmara

A senadora Serys Slhessarenko faz referência ao artigo 12 da Constituição federal para mostrar como ficaria o texto, caso fosse adotado dispositivo previsto no projeto de Iara Bernardi: "São brasileiros e brasileiras os nascidos e nascidas na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros e mães estrangeiras, desde que estes e estas não estejam a serviço de seu país".

- Na minha opinião, a reação contra essa imposição lingüística seria grande, cabendo avaliar se as vantagens advindas dela para o movimento de mulheres não seriam anuladas pelo bombardeio negativo, que certamente

ganharia os meios de comunicação do país - pondera Serys.

A senadora, que é também autora de outro substitutivo que exclui do Código Penal expressões de preconceito à mulher, como "mulher honesta", cita a lingüista Claire Forel para reforçar a necessidade de mudanças mais amenas nos textos oficiais quanto à linguagem inclusiva. A especialista salienta em seus trabalhos que forçar uma transformação da língua, para que toda referência à mulher seja feita com itens lexicais flexionados no feminino, constituiria "a afirmação exacerbada do sexo", diz a parlamentar.

## Exemplos de linguagem inclusiva

USUAL	ALTERNATIVA	USUAL	ALTERNATIVA
Os direitos do homem	Os direitos humanos	Os eleitores	O eleitorado
Corpo do homem; a inteligência do homem	O corpo humano; a inteligência humana	Os descendentes	A descendência
Museu do homem	Museu da Humanidade	Os assessores; os coordenadores; os diretores	A assessoria; a coordenação; a direção
O homem primitivo	Os seres humanos primitivos	Afeminado	Delicado, suave, meigo
Homem/mês, homem/hora	Trabalho/mês, trabalho/hora	Aquele que fala	Quem fala
Camera-man	Operador ou operadora de câmera	Cada aluno deverá ler um texto	Deverá ser lido um texto
Aeromoça	Atendente de voo	Precisa-se de estagiário	Estágio disponível
Língua materna	Língua de origem ou originária	Nas ilustrações didáticas e nos livros escolares, a mulher aparece, em geral, exercendo atividades no lar; o homem, no escritório, na oficina, etc.	Dar visibilidade às mulheres que trabalham fora de casa. Destacar a importância do trabalho no lar tanto para as mulheres como para os homens
Reunião de pais na escola	Reunião de pais e mães na escola		
Os professores; os jovens; os meninos	O professorado; a juventude; as crianças		
Os brasileiros	O povo brasileiro		
José e a senhorita Maria	José e Maria		

COMISSÕES Voto do relator, Demostenes Torres, confirma decisão tomada no Plenário pelo presidente do Senado

# Arquivada proposta que institui prisão perpétua

**C**láusula pétrea da Constituição, o dispositivo que veda a discussão de qualquer proposta destinada a abolir os direitos e garantias individuais foi destacado pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO) no voto pela manutenção do arquivamento de emenda constitucional destinada a permitir a criação da pena de prisão perpétua. O voto foi acolhido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que recusou recurso apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) para manter a proposta em tramitação.

O presidente do Senado, José Sarney, já havia decidido em Plenário pelo arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição 22/03, de Suassuna, que pretendia excluir da Constituição a proibição para que se delibere a respeito do tema. Sarney observou que, segundo o inciso IV do parágrafo 4º do artigo 60 da Constituição, “não será objeto de



Sarney já havia decidido, em Plenário, pelo arquivamento da proposta de Ney Suassuna

deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os direitos e garantias individuais”.

No recurso apresentado à CCJ, Suassuna defendeu a mudança no texto constitucional, sob o argumento de que essa seria “uma resposta concreta” do Poder Legislativo aos criminosos,

“dizendo-lhes que serão excluídos de modo permanente do convívio social”. O senador afirmou ainda que fatos ocorridos recentemente no Rio de Janeiro indicariam a “falência da autoridade constituída como agente de manutenção e incentivadora da ordem social”.

Em seu parecer, Demostenes cita, como Sarney, o artigo 60 da Constituição. E lembra que o artigo 5º, que trata dos direitos e garantias fundamentais, determina que não haverá penas de caráter perpétuo.

– O Congresso Nacional, no exercício de sua atividade constituinte derivada e no desempenho de sua função reformadora, está juridicamente subordinado à decisão do poder constituinte, que identificou, em nosso sistema constitucional, um núcleo temático intangível e imune à ação revisora da instituição parlamentar – disse Demostenes Torres, em seu voto.

## Poupança-Escola recebe parecer favorável

A criação da Poupança-Escola, instrumento de incentivo aos estudantes de famílias carentes beneficiárias do programa Bolsa-Família, teve parecer favorável da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) aprovado pela Comissão de Justiça (CCJ).

O projeto (PLS 60/04) do senador Cristovam Buarque (PT-DF) autoriza o Executivo a instituir o Fundo de Investimento na Educação Básica (Fieb), destinado a incentivar a conclusão do ensino básico, conhecido como Poupança-Escola. A proposta será ainda examinada pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Educação (CE).

## Comissão aprova sistema de cotas em universidades públicas

O acesso às universidades públicas federais, estaduais e municipais deverá obedecer critérios que melhorem as chances de os alunos mais carentes cursarem o ensino superior. Foi aprovado pela CCJ parecer favorável ao projeto de lei (PLS 426/04), da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que estabelece cotas para os alunos que cursaram toda o ensino médio na rede pública ou foram aprovados em exame supletivo oferecido pelo poder público.

A proposta, que vai à análise da Comissão de Educação, determina que os candidatos só poderão se inscrever em um único vestibular em universidade pública, bem como matricular-se e diplomar-se



Ideli Salvatti acredita que o projeto pode ampliar acesso de alunos carentes à universidade

em apenas um único curso nessas instituições. Segundo a autora, o projeto acaba com o que chamou de “turismo do vestibular” e fixa princípios de equidade também para investimentos da União, com base na relação entre o número de matrículas nas instituições federais e o número de habitantes em cada estado para definir vagas e ampliação dos cursos de graduação superior.

**IDOSOS** – A garantia, na Constituição, de amparo aos idosos, objetivo da proposta do senador Demostenes Torres (PFL-GO), obteve respaldo dos integrantes da CCJ. O relatório de Sérgio Cabral (PMDB-RJ), favorável à matéria (PEC 56/03), aprovado pela comissão, ressalta que os avanços alcançados pelo Estatuto do Idoso serão reforçados. “O texto impõe que se ponha o idoso a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Segue a linha do conteúdo dado ao Estatuto do Idoso”, destaca Sérgio Cabral, em relatório lido por Eduardo Azeredo (PSDB-MG). O relator considera salutar inserir na Constituição a obrigatoriedade de o Estado promover programas de assistência integral à saúde do idoso, com a participação de entidades não-governamentais (ONGs).

**SAÚDE** – A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou requerimento do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) solicitando realização de audiência na Subcomissão Temporária de Saúde, para debater resultados da Pesquisa Mundial de Saúde, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A data ainda será marcada. A pesquisa, informou Papaléo, foi realizada em 2003 em cinco mil domicílios de todas as regiões e avalia ações do Sistema Único de Saúde e dos planos de saúde.

**LOTÉRIAS** – A Comissão de Justiça (CCJ) aprovou requerimento do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que solicita ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o envio de relatório com investigações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão daquele ministério, sobre

**APLAUSOS** – A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer favorável a requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) solicitando voto de aplauso pela inauguração, em São Paulo, em maio deste ano, do Instituto Fernando Henrique Cardoso, destinado a estudos e debates de interesse do Brasil e do continente (nº 631/04). Na mesma reunião, a CCJ aprovou também diversos outros votos de aplauso em reconhecimento ao trabalho da imprensa nacional.

os casos suspeitos de lavagem de dinheiro envolvendo as loterias da Caixa Econômica Federal (CEF). Segundo Alvaro, a Coaf levantou pelo menos 50 casos suspeitos, entre eles o de um grupo de 200 pessoas que teria acertado 9.095 vezes nas loterias da CEF, entre março de 1996 e fevereiro de 2002.

## Debates



Tuma (C), presidente da CPI Mista do Desmanche, presidiu simpósio que reuniu os diretores dos Detrans de todo o país

## Tuma defende legislação dura contra o desmanche

O comércio de peças usadas foi apontado pelos departamentos de trânsito (Detrans) estaduais como o grande incentivador ao roubo de veículos no país. No simpósio realizado semana passada no auditório do Interlegis, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga a “indústria do desmanche”, defendeu a adoção de leis que reprimam com eficácia os crimes relacionados ao roubo de carros.

O presidente da Associação Nacional dos Detrans, Carlos Ubiratan dos Santos, chegou a propor a proibição da venda de peças usadas, medida que, segundo ele, diminuiria significativamente o roubo de automóveis. Alguns países da Europa e nos Estados Unidos, continuou Santos, combatem essa prática

prestando os veículos destruídos em acidentes e vendendo essa sucata para a siderurgia.

Os Detrans reconhecem, porém, a dificuldade em se adotar uma medida radical como essa em países pobres como o Brasil, por isso sugerem à CPMI a criação de uma lei exigindo que as companhias de seguros só paguem as indenizações depois que os proprietários derem baixa da documentação dos veículos acidentados no Detran.

A CPMI investiga irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedores de veículos e oficinas de desmanche de automóveis, em relação aos veículos “salvados”. Ainda este mês, Tuma e o relator, deputado Hidekazu Takayama (PMDB-PR), irão ouvir em São Paulo cerca de 15 pessoas.

## CCJ debate criação do estado do Planalto Central

A proposta de emenda à Constituição (PEC 27/02) que cria o estado do Planalto Central começou a ser discutida no Senado, com a realização de uma audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Para criar o novo estado, a PEC do ex-senador Francisco Escórcio propõe reduzir o território do DF, além de absorver quatro municípios de Minas Gerais e 25 de Goiás. Escórcio disse que o estado do Planalto Central estimulará o desenvolvimento das cidades-satélites de Brasília e dos municípios do chamado Entorno.

A maioria dos senadores defendeu uma discussão mais aprofundada do assunto pelo Congresso, sugerindo

a criação de uma comissão mista para analisar esta e as demais propostas que modifiquem o mapa geopolítico brasileiro.

Único senador do DF presente ao debate, Paulo Octávio (PFL) considerou “inadmissível” o fim da representatividade política no DF (com a extinção da Câmara Legislativa e o fim das eleições diretas para governador) e prometeu apresentar, esta semana, uma proposta alternativa à de Escórcio. Mas não quis dar detalhes sobre o texto.

No debate, os senadores mineiros Hélio Costa (PMDB) e Eduardo Azeredo (PSDB) e o goiano Demostenes Torres (PFL) anteciparam que seus estados são contrários à cessão dos municípios citados na PEC.



O ex-senador Francisco Escórcio (E), ao lado do presidente da CCJ, Edison Lobão: senadores defendem debate mais amplo

## PLENÁRIO

O resultado das eleições dominou os debates na última semana. Segundo Ideli, o partido mais votado foi o PT, enquanto Pavan afirmou ter sido o PSDB o grande vitorioso. José Jorge disse que caiu a tese de que Lula já estaria reeleito. Alvaro cobrou reforma

política e Agripino advertiu para o recado dos eleitores. Virgílio desafiou o governo a discutir com a oposição. Suplicy repeliu acusação de secretário da prefeitura de SP. Sibá, César Borges, Hélio Costa e Azeredo também participaram dos debates.

## Pavan afirma que a vitória eleitoral foi do PSDB

Contestando afirmações da base governista de que o PT foi o partido mais votado nas eleições deste ano, o senador Leonel Pavan (SC)



Leonel Pavan

disse que seu partido, o PSDB, é que saiu vitorioso. Ele destacou que, a partir de janeiro, por meio de seus novos prefeitos e vice-prefeitos, o PSDB vai governar mais de 82 milhões de pessoas. Pavan ressaltou que o partido disputou em 1.920 dos 5.562 municípios, obteve quase 15,8 milhões de votos e consolidou sua posição no quadro político nacional.

Para Leonel Pavan, esse resultado superou em 16,4% o obtido nas eleições de 2000 e é o dobro do registrado em 1996. No primeiro turno, disse, já havia 862 prefeitos tucanos eleitos, um índice de sucesso de 45% das candidaturas. Por outro lado, o PT, nas 1.946 cidades em que disputou, saiu vitorioso em apenas 400, o que corresponde a 20,55%, comparou.

## César Borges critica a ação do governo na campanha

César Borges (PFL-BA) fez duras críticas ao comportamento do governo federal nas eleições municipais deste ano. Segundo o senador, derrotado na disputa à prefeitura de Salvador pelo candidato do PDT, João Henrique, "o PT valeu-se dos mais inescrupulosos e desprezíveis métodos".

– Uso da máquina administrativa, abuso do poder político, descumprimento da legislação eleitoral, intimidação e ameaça – citou o senador na quarta-feira.

César Borges acusou o governo de transformar o Orçamento da União em instrumento político, beneficiando candidatos petistas. Levantamento publicado pela *Folha de S. Paulo*, mencionado pelo senador, indica que as prefeituras comandadas pelo PT receberam cerca de quatro vezes mais recursos que os municípios dirigidos pela oposição, em termos *per capita*.

– A cidade de Vitória da Conquista (BA), administrada pelo PT, obteve, até o início do mês de julho, R\$ 12,5 milhões. Mais recursos do que recebeu, por exemplo, a cidade de Salvador, ou até mesmo o Rio de Janeiro – afirmou.

# José Jorge defende união das oposições

As oposições precisam se unir e formar uma frente para lançar uma ou mais candidaturas viáveis à Presidência da República em 2006, afirmou, na quarta-feira, o senador José Jorge (PFL-PE), ao comentar os resultados do último pleito.

– As eleições municipais derrubaram a teoria de que o presidente já estaria reeleito. Precisamos criar uma frente política para que não tenhamos

um partido hegemônico – disse.

José Jorge assinou que o PT usou todas as armas de que dispunha, inclusive a participação do presidente Lula, e mesmo assim foi derrotado nas maiores capitais.

Para o senador, o Executivo terá que mudar a forma como se relaciona com o Congresso. Ele citou reporta-



José Jorge

gem segundo a qual o governo estaria montando uma "operação adesão" para compor uma base mais confiável no Senado.

José Jorge elogiou o trabalho da Justiça Eleitoral e comparou a velocidade da apuração dos votos no Brasil com o demorado processo eleitoral norte-americano.

## Ideli Salvatti aponta crescimento do PT

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), apresentou ao Plenário, quarta-feira, dados que, segundo afirmou, indicam crescimento do seu partido. A senadora disse que o PT foi a legenda mais votada no primeiro e no segundo turno, com 16,3 milhões e 6,9 milhões de votos,

respectivamente.

Ainda de acordo com a senadora, o PT participou em 23 dos 44 municípios onde houve segundo turno no último domingo, vencendo em 11. Já o PSDB disputou em 20 e venceu em nove, observou. Ela lembrou que houve dez embates

diretos envolvendo petistas e tucanos: o resultado foi seis a quatro para o partido do presidente Lula.

Ideli Salvatti ressaltou também a boa *performance* do PT nas 96 maiores cidades do país, que contam com mais de 150 mil eleitores.

## Líder do PSDB desafia o governo a discutir

Afirmado que o PSDB saiu vitorioso, o líder do partido no Senado, Arthur Virgílio (AM), frisou que, agora que as eleições se encerraram, "é preciso voltar à velha cantilena". O senador desafiou o governo, na quarta-feira, a se sentar com a oposição para discutir as reformas estruturais.

Virgílio quer que o governo debata com a oposição, entre outros pontos, as parcerias público-privadas (PPPs), a autonomia do Banco Central e o estabelecimento de marcos regulatórios.



Arthur Virgílio

## Para Sibá, PT saiu fortalecido no pleito

Ao analisar o desempenho do PT nas últimas eleições, o senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou que, embora tenha perdido espaço para partidos menores, e também para partidos consolidados como o PSDB e o PPS, no caso de São Paulo e Porto Alegre, a legenda registrou crescimento na região amazônica, logrando vitórias nas disputas em Rio Branco, Macapá, Porto Velho e Palmas.

Segundo ele, a maioria das derrotas do PT verificou-se onde as nuances regionais regidas pelas coligações partidárias prevaleceram. Nesses locais, frisou, a orientação nacional do partido usou a estratégia de ajudar e apoiar agremiações que fazem parte da base do governo Lula.

## Agripino alerta para recado dos eleitores

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), assinalou que o eleitor passou nas urnas alguns recados que devem ser examinados pelos políticos e especialmente pelo governo federal. Entre as cobranças dos eleitores, observou, estão a criação de empregos e o fim da corrupção.

– O PT perdeu a prefeitura de São Paulo por causa da federalização da campanha por parte do Planalto. Perdeu por causa da promessa de 10 milhões de empregos e da manutenção dos juros escorchantes.



José Agripino

## Azeredo elogia TSE e comemora êxito dos tucanos

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pelo sucesso do processo eleitoral do segundo turno das eleições municipais em todo o país. Ele destacou o avanço da tecnologia brasileira com as urnas eletrônicas e comemorou a "vitória máscula" do PSDB, especialmente dos candidatos José Serra, em São Paulo, e Beto Richa, em Curitiba. Para o senador, o PSDB saiu fortalecido.

Azeredo também apresentou requerimento de pesar pela morte de José Ferraz da Silva, conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais. O senador lembrou que Ferraz da Silva foi deputado estadual e secretário de Ação Social de Minas Gerais durante o seu governo.

## Suplicy rejeita acusação de ter levado Marta à derrota

Eduardo Suplicy (PT-SP) disse na quarta-feira que é incorreta a avaliação do secretário municipal de Abastecimento e Projetos Especiais de São Paulo, Valdemir Barreto, de que ele, senador, é um dos maiores responsáveis pela derrota da



Suplicy

prefeita Marta Suplicy nas recentes eleições. Ex-mulher do parlamentar, Marta recebeu seu apoio durante toda a campanha, segundo o próprio Suplicy e os senadores que o apartearam - Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Heráclito Fortes (PFL-PI), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Efraim Moraes (PFL-PB).

## Alvaro Dias analisa lição das urnas e pede reforma política

Ao fazer uma análise do que chamou de lição das urnas, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou na quinta-feira que o sistema eleitoral brasileiro é vitorioso, mas que é preciso, ainda, fazer a reforma política.

Para o senador, as eleições municipais também revelaram dois partidos fortes: "o PT, que significa o continuísmo em 2006, e o PSDB, a opção inteligente de mudança".

– Eleger 411 prefeitos é um resultado pífio num cenário de mais de 5.500 municípios. Houve um julgamento e uma condenação ao comportamento do governo petista. Voto de confiança é no início do mandato. Depois de um certo tempo, não vale criar novas expectativas, assumir outros compromissos – argumentou o parlamentar.

A eleição no Paraná também foi analisada por Alvaro Dias, que destacou a vitória de Beto Richa em Curitiba.



Alvaro Dias

## Hélio Costa cumprimenta novos prefeitos de Minas

Em nome do PMDB, o senador Hélio Costa (MG) cumprimentou os prefeitos eleitos das cidades com mais de 200 mil habitantes, que

realizaram eleições em segundo turno. Ele referiu-se especialmente aos municípios mineiros de Contagem, Juiz de Fora, Montes Claros e Uberlândia.

– Quero cumprimentar a todos em nome do meu partido e das alianças que fizemos, desejando-lhes uma administração sadia, competente, séria, correta, como tenho certeza que farão, em benefício das cidades pobres do meu estado, que são as cidades mais importantes de Minas Gerais, não só pelo poder econômico, mas pela população que têm.

Hélio Costa mencionou, um a um, os novos prefeitos no estado, começando pelo de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, que ganhou em primeiro turno. Em Contagem, continuou, houve um pleito tranquilo, em que a eleita foi Marília Campos, a primeira mulher prefeita da cidade.



Hélio Costa

## PLENÁRIO

## Para Sarney, não há crise com a saída do ministro Viegas

O presidente do Senado, José Sarney, disse que não vê instabilidade política vinculada à substituição do ministro da Defesa, José Viegas Filho, pelo vice-presidente José Alencar. Sarney afirmou que o vice-presidente é uma pessoa de grandes credenciais para assumir o cargo e que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve ter levado isso em conta.

– Não vejo nenhuma crise – assinalou, lembrando que é atribuição do chefe de Estado escolher os ministros.

Os jornalistas insistiram em sua análise sobre uma eventual crise política.

– Acho que, hoje, os militares estão dedicados à sua profissionalização, não têm sofrido nenhuma influência política, nem interferência de qualquer espécie.

## Efraim condena investigações sobre tortura no regime militar

O senador Efraim Morais (PFL-PB) condenou as investigações sobre atos da ditadura militar que sirvam para “extrair conflitos e gerar crises”, defendendo apenas aquelas com o objetivo de “recuperar a história”, o que não seria o caso da recente publicação de fotos em que um preso político (inicialmente identificado como o jornalista Vladimir Herzog) aparece nu em uma cela do aparelho de repressão do regime militar que dirigiu o país de 1964 a 1984.

Na sua opinião, o país tem muitos problemas a resolver, e não deveria perder tempo em

# César Borges defende a CPI do caso Waldomiro

O senador César Borges (PFL-BA) anunciou sua decisão de assinar o requerimento de criação da CPI sobre o caso Waldomiro Diniz. Ele afastou a hipótese de vingança e explicou que seu comportamento é orientado por convicções pessoais, pelo compromisso com a população da Bahia e pela posição do seu partido.

Em janeiro, gravações feitas pelo empresário de jogos de azar Carlinhos Cachoeira e divulgadas pela revista *Época* acabaram levando o assessor para Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz, a pedir exoneração do cargo. Pelas gravações, em 2002, ano eleitoral, o assessor pediu propina ao empresário.

– Não se trata de qualquer retaliação ou vingança contra o governo pela interferência ilegal e indevida nas eleições municipais, como de fato já denunciei desta tribuna. Até porque jamais esta-



César Borges: governo federal prometeu investigar o caso, o que até agora não aconteceu

beleci com qualquer membro do governo compromisso no sentido de assinar ou deixar de assinar as CPIs propostas nesta Casa.

Na opinião de César Borges, o governo nunca esteve interessado em investigar o caso Waldomiro. Para o senador, o chefe da Controladoria Geral da União (CGU),

Waldir Pires, “continua desperdiçando recursos públicos escassos para perseguir seus adversários políticos”. O senador indagou onde estava a Controladoria quando a Rede Globo denunciou casos extremamente graves envolvendo o uso ilegal de dinheiro público.

No caso Waldomiro Diniz, César Borges disse que, apesar das manifestações favoráveis de vários pefelistas à instalação da CPI, decidiu inicialmente não apoiar a comissão por considerá-la uma medida extrema, que deve ser utilizada apenas quando os órgãos competentes não estiverem conseguindo avançar satisfatoriamente nas investigações.

Na ocasião, lembrou César Borges, muitos integrantes da bancada governista declararam categoricamente que o episódio seria examinado à exaustão, o que, em sua opinião, nunca aconteceu.



Poder Executivo gastou apenas 12,2% dos recursos até setembro, diz Papaléo

## Papaléo quer que governo gaste verbas do Orçamento

De janeiro a setembro, o governo federal utilizou apenas R\$ 1,5 bilhão das dotações autorizadas para investimentos dos órgãos do Poder Executivo. Esse valor representa 12,2% do total de R\$ 12,3 bilhões previstos no Orçamento da União, segundo afirmou em Plenário o senador Papaléo Paes (PMDB-AP).

Papaléo acentuou que as despesas previstas para 2004 na lei orçamentária somam R\$ 1,47 trilhão, sendo que mais da metade – R\$ 860 bilhões – destina-se ao serviço da dívida.

– Por isso mesmo, o mínimo que se espera do governo é que gaste integralmente, e ao longo de todo o ano, os recursos disponíveis. Não gastar o pouco que se tem é verdadeiro crime de lesa-pátria! – afirmou o parlamentar, após lembrar que os gastos, quando são feitos, se concentram no fim do ano.

O representante do Amapá pediu um “debate exaustivo” sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 22/00) de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que torna obrigatória a execução do Orçamento aprovado no Congresso.



Para Efraim, o país tem muitos problemas e não deve perder tempo “revirando o passado”

“revirar o passado”.

– A promulgação da Lei da Anistia, em 1979, pressupôs o esquecimento – afirmou Efraim, lembrando que este é o preço que se paga pela pacificação, virando uma página, “com todos os seus vilões e heróis”.

## Eduardo teme o elevado desemprego entre jovens

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) se disse preocupado com dados sobre desemprego entre os jovens revelados na pesquisa *Perfil da Juventude Brasileira*, realizada pelo Instituto Cidadania, e publicados pelo jornal *Correio Braziliense*. De acordo com o estudo, que ouviu 3.050 jovens em 198 municípios, o índice de desemprego pode chegar a 70% entre os brasileiros de 15 a 24 anos que residem nas periferias das grandes cidades.

– Esse dado é assustador – comentou.

Ele criticou a medida provisória (MP 213/04) que institui o programa Universidade para Todos (Prouni), que prevê a concessão



Eduardo Siqueira Campos critica MP que institui o Universidade para Todos

de bolsas de estudo para cursos de graduação e sequenciais em instituições de ensino superior privadas.

**PRISÃO** - Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse esperar que o suplente do senador Duciomar Costa (PTB-PA), prefeito eleito de Belém, o empresário Fernando Flexa Ribeiro, saia “sem mácula” do episódio que culminou com sua prisão. O empresário foi preso quinta-feira em Belém, durante a Operação Pororoca da Polícia Federal. Virgílio, que é líder do PSDB, afirmou que, tão logo soube da prisão de Flexa Ribeiro - que, filiado ao PSDB, deve tomar posse como senador em 1º de janeiro, para seis anos de mandato -, procurou a Polícia Federal, recebendo explicações do diretor-executivo, delegado Zulmar Pimentel, sobre a operação. Arthur Virgílio informou que foram presas 25 pessoas, sendo 18 no Amapá. As prisões foram resultado de uma operação que durou dois anos. Entre os presos está também o ex-senador Sebastião Rocha.

**HORÁRIO DE VERÃO** - Adotado em vários estados do país desde o dia 2 de novembro, o horário de verão foi criticado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Para ele, o adiamento dos relógios em uma hora traz “mais prejuízos que lucros”. Além do aumento da criminalidade, o senador lembrou que seu estado passa a ter duas horas de diferença em relação ao restante do país. Isso acarreta que as grandes redes de televisão sediadas no Sudeste transmitam às 20h programas inadequados para exibição antes das 22h.

**APOSENTADORIA** - O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) solicitou aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que não vetem a emenda à reforma do Judiciário que eleva de 70 para 75 anos de idade o limite para a aposentadoria compulsória dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Antonio Carlos observou que, mantido o atual limite, em breve o presidente da República terá que refazer todo o Supremo Tribunal Federal, porque os ministros serão obrigados a se aposentar.

**IMPOSTOS** - A campanha da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em prol do crescimento econômico com diminuição de impostos recebeu apoio do senador Romero Jucá (PMDB-RR). Segundo o parlamentar, o país precisa de um modelo tributário simples e fácil de ser fiscalizado. Ele lembrou que a reforma tributária feita pelo Senado, que diminui, em tese, alguns tributos, está paralisada na Câmara dos Deputados.



Romero Jucá

## Heráclito critica MP sobre bloqueio de programação

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu a retirada do projeto de lei de conversão à medida provisória, aprovada na Câmara dos Deputados, que obriga os fabricantes de televisores a instalarem dispositivos que permitam o bloqueio de programação indesejada. O problema, salientado pelo senador, é que o governo aproveitou a medida para incluir dispositivos que podem dar margem à censura prévia de programas de televisão, graças à redação do artigo 3º, que permite interpretação dúbia das atribuições do Executivo no caso.



Heráclito Fortes

## Tuma defende aprovação da proposta

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), por sua vez, defendeu a aprovação do projeto, incluído na ordem do dia da quinta-feira (4), mas que não foi votado por falta de acordo dos líderes. O parlamentar disse que espera que a proposta seja votada e aprovada esta semana. A proposição determina que os aparelhos de televisão comercializados no mercado interno deverão possuir um *chip* que permita ao usuário bloquear previamente a recepção de programas de qualidade duvidosa ou inadequados, considerados perniciosos à educação de crianças e menores, levados ao ar pelas concessionárias dos serviços de radiodifusão de sons e imagens.

## PLENÁRIO

# Paim quer pressa na aprovação de estatutos

O senador Paulo Paim (PT-RS) fez apelo para que sejam examinados logo os projetos do Estatuto dos Portadores de Necessidades Especiais e do Estatuto da Igualdade Racial. A primeira proposta aguarda o exame do substitutivo do senador Flávio Arns (PT-PR), o que pode ocorrer ainda este mês. A segunda foi alvo de abaixo-assinado do grupo Olodum, que escolheu novembro, mês da luta contra o preconceito racial, para exigir do Congresso a aprovação de medidas que possam resgatar “uma dívida histórica, social e política com a população afro-descendente”.

– Espero que o projeto do Estatuto dos Portadores de Ne-

cessidades Especiais seja, enfim, apreciado no Senado, com as mudanças que forem necessárias – salientou o senador.

Em relação ao Estatuto da Igualdade Racial, Paim ressaltou que “já é hora de reparar a injustiça que se perpetua contra o povo negro”.

O senador petista informou que o movimento negro já está organizado para novembro de 2005, em Brasília, a Marcha Zumbi

**Paim: “É hora de reparar injustiças”**



ROOSEVELT PINHEIRO

+ 10. Inspirada na marcha de Martin Luther King, em Washington (EUA), a manifestação, afirmou, deve reunir 150 mil pessoas para exigir a sanção do Estatuto da Igualdade Racial, segundo disse.

Para Paim, o abaixo-assinado do Olodum alerta o Parlamento para a necessidade de inclusão, na agenda política, de temas sociais relevantes, como a superação das desigualdades raciais.

## Azeredo registra reivindicação das Apaes

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) levou ao Plenário manifesto da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), que reivindica mais assistência do poder público na manutenção de escolas especiais. Conforme o texto divulgado, as unidades de ensino especial, que atendem a cerca de 230 mil pessoas com deficiência mental no país, estão

sendo alvo de “discriminação e desrespeito” na concessão de verbas públicas.

A Federação Nacional das Apaes afirma que a Lei 10.845/04, que instituiu o Programa de Contemplação ao Atendimento Educacional Especializado aos Portadores de Deficiência (Paed), prevê o repasse anual de R\$ 33,50 por aluno atendido nas Apaes. Já os estudantes da rede

oficial de ensino recebem, por meio do Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), remuneração anual que varia de R\$ 537,71 a R\$ 564,60 por aluno.

A Apaes, relatou Eduardo Azeredo, quer a adoção de normas uniformes sobre igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência.

## Papaléo apóia venda de imóveis do INSS

As constatações do Tribunal de Contas da União (TCU) quanto à “escandalosa situação” do patrimônio imobiliário do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ratificadas em relatório aprovado em setembro deste ano, foram endossadas na sexta-feira pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP). Ele disse concordar com a recomendação de

venda dos imóveis e defendeu a criação de um fundo de reserva com esses recursos, visando ao saneamento das finanças do órgão.

Segundo Papaléo, o ministro Ubiratan Aguiar afirma no relatório que o INSS nem sequer dispõe de dados suficientes para conhecer a situação real de todos os seus imóveis e que

esses não são fiscalizados rotineiramente.

O senador observou que o INSS tem um patrimônio de 5.133 imóveis, constituído de prédios, apartamentos, terrenos, lojas e até fazendas, adquiridos ao longo de décadas e que têm gerado renda ínfima em razão de uma gestão que considera negligente.

### Projetos

#### Proposta de José Jorge muda cálculo do fator previdenciário

Levando em consideração as disparidades na qualidade de vida entre as várias regiões do país, o senador José Jorge (PFL-PE) apresentou proposta que muda o fator previdenciário, utilizado no cálculo da aposentadoria, para que a expectativa de sobrevida do segurado seja

determinada de forma regionalizada (PLS 304/04). O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) também apresentou proposta que estabelece regras para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos e dos militares (PLS 307/04).

#### Isenção de taxa de concursos e fim de fiador para o Fies

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou projeto que dispensa os isentos do Imposto de Renda da Pessoa Física do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos (PLS 305/04). Ele argumenta que essas pessoas possuem rendimentos mínimos e, por isso, não podem arcar com despesas extras. Proposta do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) elimina a obrigatoriedade de fiador para acesso ao Fundo de Financiamento aos Estudantes do Ensino Superior (Fies).

#### Frei Caneca no Livro dos Heróis

Proposta do senador Marco Maciel (PFL-PE) inclui Frei Caneca, chefe do movimento republicano de 1824, conhecido como Confederação do Equador, no Livro dos Heróis da Pátria.

#### Atualizações monetárias do FGTS

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou proposta que prorroga até 30 de dezembro de 2005 o prazo para se firmar o termo de adesão que autoriza o pagamento, nas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), de atualizações monetárias.

## Alvaro: urnas revelaram descrédito no Congresso

O baixo percentual de parlamentares que se elegeram prefeitos nas últimas eleições revela o descrédito da população no Congresso Nacional, afirmou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Para Alvaro Dias, o excesso da edição de medidas provisórias (MPs) e a submissão de alguns parlamentares contribuíram para o desgaste da instituição.

O senador dirigiu apelo às lideranças partidárias para que reajam contra o “apetite autoritário” do governo. Sem a ousadia de estabelecer confrontos necessários com o Executivo, advertiu, os parlamentares não

conseguirão tornar o Congresso uma instituição forte.

Ele observou que, enquanto no Senado três MPs impedem a votação de projetos importantes como a Reforma do Judiciário e as parcerias público-privadas (PPPs), na Câmara dos Deputados não se vota a Lei de Falências, a da Biossegurança e a que dispõe sobre as agências reguladoras porque a pauta está trancada por 21 medidas provisórias.

Alvaro aponta também como causa de descrédito no Legislativo a “submissão dos parlamentares na aprovação de projetos impopulares”, como as reformas previdenciária e tributária.

## Heloísa defende Suplicy e aponta erros do PT no pleito municipal

O PT precisa reconhecer os seus erros e aprender com a derrota na capital paulista e em outras prefeituras apontadas como cartão postal do “modo petista de governar”, como Belém (PA) e Porto Alegre (RS). A afirmação foi feita na sexta-feira, em Plenário, pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), depois de defender com veemência o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Heloísa disse que não é justo responsabilizar o senador pela derrota do PT em São Paulo, onde Marta Suplicy perdeu para o tucano José Serra. A senadora



CÉLIO AZEVEDO

**Heloísa Helena diz que partido deve aprender com as derrotas que sofreu**

destacou o empenho de Suplicy na campanha da prefeita.

Heloísa atribui as derrotas do PT ao seu distanciamento do comportamento ético que o caracterizava, com “acordos políticos dos mais delinquentes possíveis”, uso da legenda para contabilidade “eleitoreira” e repetição do que chamou de neoliberalismo do PSDB.

## Luiz Otávio pede aprovação da MP que beneficia estados exportadores

Luiz Otávio (PMDB-PA) defendeu na sexta-feira a imediata aprovação da medida provisória que cria o Fundo de Compensação das Exportações (FCE), destinado a ajudar os estados exportadores. Ele explicou que o Pará, apesar de ser um dos maiores exportadores do país, é prejudicado, já que não recebe, por força de lei, recursos oriundos de tributos estaduais, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrados sobre produtos vendidos para o exterior, uma vez que

as empresas são isentas.

Para Luiz Otávio, com a aprovação da medida provisória, que tem como relatora a senadora Roseana Sarney (PFL-MA), os chamados estados exportadores passarão a ter recursos da ordem de R\$ 900 milhões. O Pará, acrescentou, receberia algo em torno de 13% a 14% do total.

Os recursos, observou, deverão ser aplicados na área social pelos municípios situados perto das grandes indústrias, beneficiando diretamente a população.

## Roseana apresenta relatório sobre medida provisória

O Plenário assistiu na quinta-feira à leitura do relatório da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) sobre a medida provisória que eleva a compensação financeira aos estados e municípios por perdas decorrentes da reforma tributária. A leitura foi necessária para que não expirasse o prazo de apreciação da MP. Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Luiz Otávio (PMDB-PA) advertiram que não há ainda acordo para votação da matéria.

A reforma, aprovada há um ano, desonerou do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) os produtos primários e semi-elaborados destinados à exportação. Pelo acordo que permitiu a mudança, a União deve elevar a compensação aos estados de R\$ 3,4 bilhões para R\$ 4,3 bilhões.



JANE ARAÚJO

As proposições acima foram apresentadas entre 22 de outubro e 3 de novembro



## Voz do Leitor

## BIODIVERSIDADE

“Por meio da Ciência surgiu o homem, de forma rudimentar, porém, criativo em se adaptar ao meio natural. Mesmo de forma brusca e egoísta, o homem sobrevive até aqui sem saber até onde irá sua condição de transformar o meio em que habita. Cabe ao próprio homem transformar, sem destruir, o mecanismo tecnológico que pode elucidar a sua verdadeira missão, encontrando o caminho da harmonia com a natureza. Me arrisco a dizer que feliz é o nativo da terra, que chamamos de índio, pois sem fronteiras ou tecnologia interage na natureza, mostrando ao homem tecnológico que a biodiversidade deve ser sempre respeitada.”

**Hélio Ondiária Filho,**  
**de Salvador (BA)**

## CONCURSOS PÚBLICOS

“Sugiro ao senador Jefferson Péres que os aprovados e classificados em concursos públicos que não forem convocados no prazo de dois anos tenham a taxa de inscrição paga devolvida.”

**Antônio Carlos Alves,**  
**de Miguel Pereira (RJ)**

## CONTROLE DO JUDICIÁRIO

“Sugiro aos senadores pelo Pará que seja instituído, o mais rápido possível, o controle externo do Judiciário, porque esse é o Poder que fica mais distante da população”.

**Maria Lúcia Gaia da Costa,**  
**de Salinópolis (PA)**



Correspondências recebidas pelo *Jornal do Senado* em outubro:

- » sugestões e comentários: **83**
- » pedidos de assinatura: **601**
- » outros atendimentos ao leitor: **94**
- » **TOTAL: 778**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211). O endereço do leitor e a autorização para publicação são necessários.*

## Foto da Semana

No dia 5, durante entrevista à imprensa na Universidade Paulista (Unip), o ministro da Cultura da China, Zhao Ji, fala sobre as parcerias que poderão ser acertadas, nesta semana, entre o seu país e o Brasil, pelo presidente Hu Jintao. O dirigente chinês será recebido na sexta-feira pelo Congresso Nacional, em sessão solene no Plenário do Senado



5/11/04 - ANTONIO MILENA/ABR

## Pergunte ao Senador

## SERVIDOR DE RONDÔNIA

*Isaías Correa, de Nova Vilhena (RO)*

*“Senadora Fátima Cleide, como está a tramitação do projeto de sua autoria em que funcionários estaduais passam a ser funcionários públicos federais?”*

**A senadora Fátima Cleide (PT-RO) responde:**

O projeto que trata da carreira dos funcionários públicos civis e militares do ex-território federal de Rondônia é a Proposta de Emenda à Constituição 87/03. A matéria se encontra desde agosto na Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal, aguardando para ser incluída na Ordem do Dia. Isso quer dizer que está pronta para votação no Plenário do Senado, e para ser aprovada terá que ter três quintos dos votos dos 81 senadores. Acredito que, devido a diversas matérias de interesse nacional que vem tramitando há algum tempo na Casa, como a Reforma do Judiciário, a proposta de emenda à Constituição será levada à votação somente no início dos trabalhos legislativos do ano de 2005. Prejudicaram igualmente a celeridade da matéria no Plenário as eleições municipais. A proposta terá que ser também apreciada pela Câmara dos Deputados.



WALDEMAR RODRIGUES

## APOSENTADORIA

*Delvanir Nery de Araújo, de Sobradinho (DF)*

*“Qual o procedimento correto para requerer a aposentadoria de uma pessoa que sofreu um derrame?”*

**O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) responde:**

A primeira providência a ser tomada é procurar a agência mais próxima do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e pegar uma relação de documentos específica para as diferentes categorias de trabalhador (avulso, contribuinte individual, empregado doméstico ou trabalhador rural). Essa documentação deve ser protocolada junto ao INSS, que a encaminhará para a perícia médica. Se os peritos entenderem que o trabalhador está inapto para o trabalho, ele poderá pedir o auxílio-doença ou, se for o caso, aposentadoria por invalidez. Informações detalhadas e marcação de horário para a perícia médica podem ser solicitadas pelo Prevfone, no telefone 0800 78-0191.



J. FREITAS

## Frases

**“O que vale para uma cidade não vale para todas”**

**Ideli Salvatti**, ao falar sobre o peso da derrota do PT em São Paulo e em Porto Alegre, ressaltando que o partido foi o mais votado no país tanto no primeiro quanto no segundo turnos da eleição.

**“O eleitor não aceita radicalização e está se dirigindo para o centro político”**

**José Agripino**, ao afirmar que o eleitor passou nas urnas “alguns recados”

que devem ser examinados pelos políticos, especialmente pelo governo federal.



ROOSEVELT PINHEIRO

**“Talvez por gostar de brigas de galo, o Duda Mendonça era favorável às agressões, embora em livro de sua autoria tenha pregado a máxima de que 'quem bate perde'”**

**Eduardo Suplicy**, que atribuiu a derrota de Marta Suplicy ao tom agressivo da campanha da prefeita, rebatendo acusações de que ele (Suplicy) seria um dos maiores responsáveis pela derrota do PT na capital paulista.

**“Em termos de partidos políticos, não há mais anarquia que no Brasil”**

**Pedro Simon**, criticando o troca-troca de partidos após as eleições, depois de afirmar

que, enquanto não existir vida partidária com um mínimo de seriedade, não será possível alcançar uma vida política séria.

**“A promulgação da Lei da Anistia, em 1979, pressupôs o esquecimento”**

**Efraim Morais**, ao condenar as investigações sobre atos da ditadura militar que, a seu ver, possam reacender ódios e dividir o país.



CÉLIO AZEVEDO

# Conexão Senado faz balanço das eleições

As mudanças no panorama político atual ocasionadas pelos resultados das eleições municipais é o tema do programa *Conexão Senado*, que vai ao ar pela Rádio Senado na segunda-feira, às 12h. Entre os principais pontos da discussão, está a polarização entre o PT e o PSDB, além do bom desempenho de legendas como o PDT e PPS.

Durante o debate, os líderes partidários comentam a nova composição das prefeituras e das câmaras de vereadores e abordam a atuação dos partidos nos próximos dois anos, período que antecede as eleições presidenciais.

O ouvinte pode participar do programa pelo telefone (61) 311-1261 ou pelo e-mail [conexao@senado.gov.br](mailto:conexao@senado.gov.br).

Na terça, a rádio exibe um programa especial sobre os 15 anos da queda do muro de



Berlim, marco do fim da Guerra Fria e da derrota do regime comunista europeu. O especial analisa os fatos que levaram à divisão da Alemanha e da Europa, e a situação atual dos antigos países comunistas. O programa vai ao ar depois da edição da manhã do *Senado*

*Notícias*, por volta das 8h20.

## Destaques musicais na TV

No fim de semana, a TV Senado apresenta o *Espaço Cultural*, que traz o conjunto de música barroca *Il Dolcimele*.

Criado em 1994 pela flautis-

ta Katja Beisch e pela violoncelista Doris Runge, o grupo já realizou mais de 200 concertos na Alemanha, Estônia, Suíça, Áustria e Holanda. Também fazem parte do grupo Christoph Lehman, no cravo; Irmelin Heiseke, na viola da gamba; e o contratenor Alan Dornak. A transmissão será no sábado, às 21h30, e no domingo, às 14h30.

O multiinstrumentista Fernando Corbal é o convidado do *Conversa de Músico*, apresentado na sexta às 21h30, com reprises no sábado às 14h30 e no domingo às 20h. Premiado por composições de trilhas originais para o cinema, ele toca violão, viola caipira e piano.

Fernando explora ainda o som dos cristais, além de equipamentos eletrônicos, instrumentos acústicos tradicionais e outros considerados exóticos.

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

### SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

## PUBLICAÇÕES

## Sementes de Joaquim Nabuco ainda germinam

RODRIGO ROSA

A mocidade do pensamento de Joaquim Nabuco, falecido em 1910, sempre impressionou o conterrâneo recifense Gilberto Freyre. Em 1947, o sociólogo dizia não acreditar que um homem houvesse germinado idéias tão progressistas pelo Brasil um século antes. Hoje, mesmo Freyre não está mais entre nós. Mas o pensamento de seu inspirador continua jovem, pronto a ser revisitado, em tempos de resgate da dívida social e dignidade negra.

Nabuco dedicou a vida para libertar o Brasil dos grilhões da escravidão. Jornalista, deputado, historiador e literato, foi condecorado pela posteridade como Patrono da Raça Negra. A verve de seus libelos tem lugar privilegiado na historiografia política, como este *O Abolicionismo*, volume 7 das edições do Senado.

Ação afirmativa era o que insurgia Nabuco, quando escreveu este manifesto em defesa do fim do regime escravista, em 1883. O autor indignava-se com a letargia entranhada pela lógica escravocrata, decompondo a sociedade. Não poupava

críticas ao torpor da Monarquia, da Igreja, da aristocracia e dos rentistas do tráfico.

Era um opositor da estratégia gradualista que prevalecia à época. Apontava a ineficácia de leis que restringiam parcialmente a escravidão, como a proibição do tráfico, em 1850, e a libertação dos escravos nascidos a partir de 1871. E denunciava a falsa tinteira patriótica dos defensores do escravismo – o Brasil, àquela hora, era pressionado por outras nações a abandonar o regime.

Escrito sob o desterro voluntário, em Londres, o olhar de *O Abolicionismo* é um panorama da formação social brasileira, sem presunção científica. Atilado, aponta a escravidão como mazela nuclear do Brasil-Império, que brutalizava homens – escravos e senhores –, liquidava a terra, acorrentava a democracia e açoitava o país.

A obra foi pioneira em identificar a mestiçagem étnica como subproduto do escravismo brasileiro. Essa semente seria aprofundada pelo discípulo Freyre e outros pensadores. Outras germinam até hoje, nas discussões para criação de cotas para negros em universidades.



Rodrigo Rosa é consultor legislativo do Senado. *O Abolicionismo* é o volume 7 da coleção *Edições do Senado Federal*, custa R\$ 15 e pode ser adquirido pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone 0800 61-2211.

## FEIRA DO LIVRO

## Senado doa edições em braile e lança obras

Nestes dez primeiros dias de funcionamento da 50ª Feira do Livro de Porto Alegre, o estande do Senado Federal protagonizou pelo menos três momentos marcantes: a entrega de publicações em braile para entidades de assistência aos deficientes visuais do Rio Grande do Sul; o relançamento dos livros *Os Muckers*, *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)* e *Brasileiras célebres*; além da noite de autógrafos de *Cumplicidade*, livro de poemas do senador Paulo Paim (PT-RS).

Durante a entrega dos títulos em braile, comandada por Romeu Tuma (PFL-SP) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o Senado lançou um dicionário impresso na linguagem dos cegos. A obra foi organizada pelo vice-presidente do Conselho Editorial do Senado, professor Joaquim Campelo Marques, que também participou da solenidade, ao lado do diretor-executivo da Se-



Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma fazem entrega de livros para entidades de assistência a deficientes visuais do Rio Grande do Sul

cretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), Júlio Werner Pedrosa.

No pavilhão de autógrafos da feira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) autografou os livros *Inclusão da metade sul e previdência para os pobres* e *Discursos do senador Pinheiro Machado*, este último com prefácio de José Sarney. A senadora Serys

Shlessarenko (PT-MT), autora do prefácio de *Brasileiras célebres*, entregou exemplares autografados do livro.

O Senado também levou para a capital gaúcha o espetáculo de mamulengo *O casamento de Chiquinha Muito Prazer com Tião Sem Sorte*, do artista plástico e funcionário da Seep Josias Wanzeller.

## Inscrições para cursos a distância no Interlegis

Estão abertas as inscrições para os cursos a distância do Programa Interlegis. O órgão atende aos legislativos municipais, estaduais e federal com oferta de cursos para parlamentares, assessores e servidores.

Desde 2002 são oferecidos cursos para auxiliar o trabalho dos parlamentares, por meio de Internet, videoconferências e atendimentos por telefone. Os

conteúdos ministrados abordam questões relevantes e mais de 3 mil alunos já concluíram os cursos de ensino a distância desde o início das atividades.

Este ano, foram disponibilizados dez cursos: Educação a Distância no Interlegis; Introdução ao Orçamento Público I, II, III e IV; Busca da Qualidade; O Papel do Vereador; e Lei de Responsabilidade Fiscal I, II e III. No segundo

semestre foram concluídas 48 turmas, totalizando 2.800 alunos.

A equipe de ensino a distância trabalha agora na elaboração de novos cursos para o próximo ano e visa atingir a meta de formar mais de 3 mil alunos.

As inscrições para 2005 podem ser feitas pelo endereço [www.interlegis.gov.br](http://www.interlegis.gov.br). As aulas começam em fevereiro. Informações pelo e-mail [ead@interlegis.gov.br](mailto:ead@interlegis.gov.br).

## Conheça o Senado

## Azulejos de Athos Bulcão ornaram o Congresso Nacional

A Câmara dos Deputados guarda entre suas paredes parte da obra de um dos principais artistas plásticos brasileiros, o carioca Athos Bulcão. Localizado no Salão Verde daquela Casa, *Azulejos* é um gigantesco painel feito por Bulcão a pedido do arquiteto Oscar Niemeyer, nos anos 70.

Os pequenos ladrilhos formam um mural que evoca os elos com a colonização portuguesa, numa integração entre obra de arte e arquitetura, área em que Bulcão

se especializou em mais de 50 anos de carreira artística. Os azulejos foram concebidos em três formas diferentes, em tons azuis e brancos. Para completar a beleza plástica do conjunto, o painel é contornado por um jardim projetado pelo paisagista Roberto Burle Marx.

O Salão Verde da Câmara é a principal área interna do Parlamento e dá acesso ao Plenário Ulysses Guimarães.

Nascido em 1918, Bulcão se especializou em obras integradas ao espaço arquitetônico. Seu



Localizado no Salão Verde da Câmara, painel formado por ladrilhos evoca elos com a colonização

primeiro trabalho com Niemeyer data de 1943, quando a pedido deste projetou os azulejos externos do Teatro Municipal de Belo Horizonte. Junto com o arquiteto trabalhou em países

como França, Argélia e Itália.

Bulcão tem obras por toda a capital, em edifícios como os Palácios do Itamaraty e da Alvorada, e no Senado, onde projetou divisória do museu da Casa.

**Serviço:** As obras de Athos Bulcão na Câmara e no Senado estão abertas ao público. Para marcar visitas, basta agendar pelos telefones (61) 311-2149 (Senado) e (61) 216-1771 (Câmara).

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Shlessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella  
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620  
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo L. de Araújo, Sérgio L. G. da Silva, Osmar Miranda e Wesley Bezerra

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

## Agência Senado

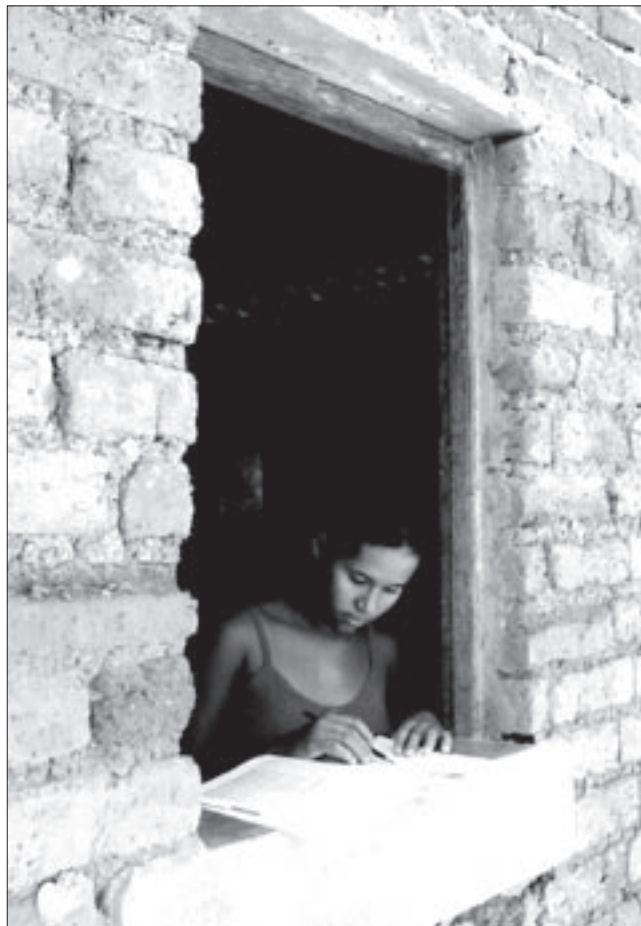
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
Edição: Helena Daltr Pontual (61) 311-1151 e

## www.senado.gov.br

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ZULEIKA DE SOUZA

# Brasileiro lê pouco; baixa renda é uma das causas

**B**aixa escolaridade, alto índice de analfabetismo, livros caros, renda insuficiente, ausência de bibliotecas e espaços de leitura, acervos inadequados ou desatualizados. São várias as explicações para o baixo índice de leitura do brasileiro – em média, 1,8 livro por ano.

Todas essas razões influenciam o hábito da leitura e devem orientar

as ações do poder público, das escolas e da sociedade para mudar o quadro atual, melhorando o acesso aos livros e estimulando a leitura.

Os livros são a porta de entrada para o conhecimento. Os benefícios da leitura são incontáveis e incluem o desenvolvimento da fala e da escrita. Para especialistas, o hábito de ler deve ser estimulado desde a infância e mantido pelo resto da

vida. Pais e professores têm papel fundamental nessa tarefa.

Nesta edição do *Especial Cidadania*, veja dicas para incentivar a leitura em sua escola, casa, empresa e cidade. Conheça também a Lei do Livro, que vai orientar as ações do governo para melhorar os índices de leitura do brasileiro, e os telefones de organizações que podem ajudar.

A média de leitura no país é de 1,8 livro por ano. Há várias iniciativas para aumentar o interesse pelos livros

## Governo deve incentivar a leitura

Em 30 de outubro, fez um ano que entrou em vigor a Lei 10.753/03, que institui a Política Nacional do Livro. Conhecida como Lei do Livro, ela teve origem no Senado, com projeto do senador José Sarney (PMDB-AP). A lei, que ainda será regulamentada, estabelece que cabe ao Poder Executivo criar e executar projetos de acesso ao livro e incentivo à leitura, além de ampliar os já existentes. Diz também que é dever da União, estados, Distrito Federal e municípios garantir, em seus orçamentos, verbas para manutenção de bibliotecas e aquisição de livros. A norma prevê incentivos para a produção, edição, difusão, distribuição e comercialização de livros; promoção do hábito da leitura e seu incentivo; instalação e ampliação de livrarias, bibliotecas e pontos-de-venda de livros no país.

Para contemplar as novas diretrizes, o governo anunciou que vai implantar, até o fim do ano, o Plano Nacional do Livro e Leitura, denominado Fome de Livro. Galeno Amorim, coordenador do projeto, adiantou para o *Jornal do Senado* que devem ser criadas mil bibliotecas públicas nos municípios que ainda não contam com esse equipamento cultural. Ele informou que haverá distribuição de livros e investimentos na formação de professores, bibliotecários e voluntários para atuarem como mediadores de leitura. O objetivo é aumentar em 50% o índice de leitura no Brasil, em três anos.

Os municípios interessados na instalação de biblioteca podem se inscrever no projeto. Mais informações pelo telefone (61) 316-2213, no Sistema Nacional de Biblioteca Pública.

### Projetos em tramitação no Congresso

Tramitam no Congresso dois projetos que prevêem políticas públicas de incentivo à leitura. Do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) é o projeto (PL 2.521/03) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para determinar a adoção de políticas específicas de acesso a bibliotecas, computadores e Internet e elaboração de metas de inclusão digital. A proposta, já aprovada no Senado, aguarda exame na Câmara.

Do deputado Fernando Gabeira (sem partido-RJ) é a proposta (PLC 63/04) que prevê a obrigatoriedade de aquisição de títulos publicados no país pelas bibliotecas das instituições de ensino superior. A matéria, já aprovada na Câmara, aguarda exame dos senadores.

## Como cada um pode ajudar

### EMPRESAS

- » incentivar a participação dos funcionários como voluntários em escolas ou projetos educativos;
- » patrocinar ou doar livros e material escolar;
- » aproveitar sobras de material da empresa como matéria-prima a ser aproveitada pela escola (pode ser tecido, madeira, plástico ou metais);
- » informar os funcionários sobre atividades culturais e educacionais por meio de jornal ou mural;
- » promover eventos com o objetivo de arrecadar recursos para escolas e livros para bibliotecas escolares próximas da empresa;
- » oferecer para escolas assinatura de jornais e revistas.

### PREFEITURAS

- » desenvolver atividades que envolvam a leitura no município;
- » investir em bibliotecas, inclusive comunitárias, e salas de leitura;
- » promover concursos, debates e seminários para incentivar e discutir a leitura;
- » investir na formação e atualização de professores e educadores.

### PAIS E FAMILIARES

- » ler com e para os filhos;
- » levá-los a feiras de livros, livrarias e bibliotecas;
- » conversar sobre a importância da leitura de temas variados;
- » não impor a leitura como castigo por ter o filho ido mal na escola, por exemplo;
- » propor horários e espaços para leitura na própria casa;
- » dar livros de presente.

### PROFESSORES E ESCOLA

- » promover atividades de leitura sobre a realidade que nos cerca;
- » criar pequenas peças teatrais a partir de histórias lidas pelos alunos;
- » propor pesquisas e leituras de temas atuais e interessantes aos alunos;
- » interligar a biblioteca às atividades curriculares;
- » desenvolver projetos de integração escola-bairro-cidade.



MARCELLO CASAL JR./ABR

### NÚMEROS PRECISAM MELHORAR

- » 16% da população detêm 73% dos livros
- » 61% dos adultos alfabetizados têm muito pouco ou nenhum contato com os livros
- » de 1995 a 2003, a venda de livros caiu 50%

### QUANTOS LIVROS ELES LÊM POR ANO

- » franceses: 7
- » ingleses: 4,9
- » americanos: 5,1
- » brasileiros: 1,8
- » italianos: 5

Fontes: Prof. Robson Coelho Tinoco, da Universidade de Brasília (UnB), Câmara Brasileira do Livro, Ministério da Educação e ONG Ação Educativa

## Informações

**Ministério da Cultura**  
Esplanada dos Ministérios - Bl. B  
70068-900 - Brasília (DF)  
Tel.: (61) 316-2000  
[www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br)

**Plano Nacional do Livro e Leitura**  
Tel.: (61) 316-2371  
[fomedelivro@minc.gov.br](mailto:fomedelivro@minc.gov.br)

**Ministério da Educação**  
Fala, Brasil: 0800 61-6161  
[www.educacao.gov.br](http://www.educacao.gov.br)

**Câmara Brasileira do Livro**  
Tel.: (11) 3069-1300  
[www.cbl.org.br](http://www.cbl.org.br)

**Conselho Federal de**

**Biblioteconomia**  
Tel.: (61) 328-2896  
[www.cfb.org.br](http://www.cfb.org.br)

**Fundação Biblioteca Nacional**  
Centro Nacional de Informações  
Bibliográficas e Documentais  
Tel.: (21) 2262-8255  
[www.bn.br](http://www.bn.br)

**Ação Educativa**  
Atua nas áreas de educação e juventude  
Tel.: (11) 3151-2333  
[www.acaoeducativa.org.br](http://www.acaoeducativa.org.br)

**Leia Brasil**  
ONG de promoção da leitura

[www.leiabrasil.org.br](http://www.leiabrasil.org.br)  
**Instituto Brasil Leitor**  
Desenvolve projetos para expandir o uso e a familiaridade com livros e jornais  
Tel.: (11) 3871-5032  
[www.brasilleitor.org.br](http://www.brasilleitor.org.br)

**Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil**  
Atua na promoção da leitura e divulgação de livros  
Tel.: (21) 2262-9130  
[www.fnlij.org.br](http://www.fnlij.org.br)

**Alfabetização Solidária**  
Desenvolve vários projetos

educacionais e de incentivo à leitura e informa como montar e administrar uma biblioteca  
Tel.: 0800 61-0202  
[www.alfabetizacao.org.br](http://www.alfabetizacao.org.br)

**Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)**  
Tel.: (11) 3816-0666  
[www.cenpec.org.br](http://www.cenpec.org.br)

**Livros gratuitos na Internet**  
**Biblioteca Virtual do Estudante:**  
[www.bibvirt.futuro.usp.br](http://www.bibvirt.futuro.usp.br)  
**Biblioteca Virtual de Literatura**  
[www.biblio.com.br](http://www.biblio.com.br)

**Contos completos de Machado de Assis:** [www.uol.com.br/machadodeassis](http://www.uol.com.br/machadodeassis)  
**eBooksBrasil:** [www.ebooksbrasil.com](http://www.ebooksbrasil.com)

**eBookCult:** [www.ebookcult.com.br](http://www.ebookcult.com.br)

**Jornal da Poesia**  
[www.secrel.com.br/jpoesia](http://www.secrel.com.br/jpoesia)  
**iGler:** [www.ig.com.br/paginas/novoigler/download.html](http://www.ig.com.br/paginas/novoigler/download.html)

**Virtual Book Store**  
[www.vbookstore.com.br](http://www.vbookstore.com.br)  
**Virtual Books Online:**  
[virtualbooks.terra.com.br](http://virtualbooks.terra.com.br)